

NOVA ZELÂNDIA: Soluções em TRUST para famílias da América Latina

Na última década, tem havido um aumento no número de recém-chegados aos ranks de riqueza nas economias emergentes da América Latina. Isto tem acontecido principalmente devido à demanda voraz da China por matérias-primas e um aumento da eficiência e da produção através do trabalho e do empreendedorismo em países como a Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Conseqüentemente, um número crescente de indivíduos e famílias em toda a América Latina está desfrutando de um padrão de vida elevado em contraste com o cenário de um mundo em desenvolvimento onde a instabilidade política e social, a pobreza, o seqüestro, corrupção e a inconsistente aplicação da lei prevalecem.

Com os privilégios da riqueza pessoal, conseguida com muito trabalho, surgem também grandes riscos e o dever de preservar e valorizar o patrimônio familiar para as futuras gerações. Por esta razão, o instrumento do direito consuetudinário conhecido como Trust tornou-se amplamente utilizado para fins de gestão de riqueza privada. Proteção de bens, sigilo, planejamento tributário e planejamento imobiliário são apenas alguns dos muitos benefícios que um Trust pode proporcionar às famílias residentes em países da América Latina.

O conceito de Trust está ganhando cada vez mais reconhecimento no direito civil de muitos países da América Latina. Há até mesmo uma instituição jurídica semelhante na lei de certos países conhecida como um "Fideicomiso". A utilização de Trust não se limita à gestão de riquezas privadas, mas envolve também propósitos comerciais, como a proteção de receitas, investimentos coletivos, planejamento de pensões, e financiamento de projetos de infraestrutura.

Sendo o uso dos Trust para este fim uma novidade relativamente recente, ele é comumente utilizado em países com direito consuetudinário por um curador (tradução para o termo Trustee) residente neste país para gerir acordos e manter propriedades (que podem estar localizadas em qualquer lugar do mundo).

No entanto, muitos governos latino-americanos estão com receio de alguns países devido à sua notoriedade internacional como "paraísos fiscais" e muitas vezes ignoram razões perfeitamente legítimas para a sua utilização. O México tem uma "lista negra" desses países que foi copiada no Brasil, Venezuela e entre outros países e que inclui muitos dos conhecidos centros financeiros "offshore".

No entanto, "listas negras" desta natureza são geralmente instrumentos míopes que podem privar os indivíduos de alta renda de seu legítimo direito de preservar e valorizar a sua riqueza para as gerações futuras. Há algumas jurisdições não incluídas em "listas negras", que podem oferecer benefícios semelhantes para aqueles que usam instrumentos jurídicos criados e administrados por profissionais residentes nessas jurisdições. A este respeito, Singapore Companies, Scottish Limited Partnerships, Delaware Limited Liability Companies e Dutch CVs os usam freqüentemente.

O sistema de Trust para estrangeiros da Nova Zelândia está sendo utilizado cada vez mais para estes propósitos.

Nova Zelândia – Uma Jurisdição ONSHORE

A Nova Zelândia (NZ) tem sido por muitos anos amplamente aceita como uma opção de escolha para clientes privados que querem uma solução em Trust para a gestão de sua riqueza. A NZ tem crescido em importância nos últimos anos por uma variedade de razões que incluem sua neutralidade fiscal no que se refere aos Trusts "estrangeiros" e sua estabilidade nos planos políticos e econômicos. A NZ é um respeitado membro do OCDE (Organização para a Economia, Cooperação e Desenvolvimento, na sigla em inglês) e do FATF (Força Tarefa pela Economia, na sigla em inglês), com sólidas bases comerciais, profissionais e jurídicas.

NZ tem uma rede de 34 acordos de dupla tributação em vigor com seus parceiros comerciais e principais parceiros de investimentos (inclusive com Chile e México), que visa reduzir os obstáculos impostos ao comércio e aos investimentos internacionais e auxiliar na administração fiscal.

NZ não está incluída na lista negra de nenhum país da América Latina.

NZ TRUSTS PARA EXTRANGEIROS

Um NZ Trust para Estrangeiros é um Trust regido pela lei da NZ, estabelecido por um doador, que é um não-residente da Nova Zelândia com um curador que é residente na NZ. Um NZ Trust para estrangeiros não está sujeito aos impostos da NZ, exceto se houver uma fonte de renda na NZ.

Os curadores de um NZ Trust para Estrangeiros tipicamente, mas não sempre, detêm participações em uma holding de investimentos localizada em uma jurisdição fiscal neutra, que por sua vez recebe a entrada de ativos. Seguindo o curso normal dos acontecimentos, os lucros recebidos pela empresa principal são remetidos para os gestores do NZ Trust para Estrangeiros por meio de um dividendo. Este dividendo constitui rendimentos dos curadores do Trust, o que significa que, como a renda não tem uma fonte na NZ, o imposto não será pago na NZ.

ESTRUTURAS DE GESTÃO DE RIQUEZAS PARA RESIDENTES DE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Pode haver vantagens para residentes de países latino-americanos, que estabeleçam um Trust com um curador residente na NZ para manter investimentos situados no seu país de origem ou em mercados estrangeiros.

Quando devidamente estruturado, os lucros e prejuízos em atividades de investimento vão ser encaminhados para o administrador do Trust ou, mais comumente, a holding de investimentos que pertence totalmente ao curador. Dividendos, royalties e outras formas de renda seriam finalmente pagos ao curador do Trust que então manteria este capital juntamente com o capital acumulado no Trust em nome do beneficiário. Nas circunstâncias apropriadas, os fundos podem ser remetidos para o beneficiário na América do Sul ou em outro lugar ou, alternativamente, acumulados para posterior investimento e crescimento, com o objetivo de preservar e valorizar o patrimônio da família para as gerações futuras.

OS BENEFÍCIOS: PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE RIQUEZA

Doadores e beneficiários de um NZ Trust para estrangeiros (ou qualquer outro Trust para estrangeiros neste caso) residentes em países latino-americanos são normalmente exigidos, pela suas leis locais, a divulgar ao fisco as doações remetidas ao Trust e/ou seus interesses no Trust. No entanto, sendo que estas obrigações devem ser completamente atendidas, este tipo de estrutura pode legitimamente diminuir ou adiar o pagamento de taxas sobre o capital inicial e sobre o ganho.

No entanto, há outros, e geralmente mais significativos, benefícios para a estrutura descrita acima, incluindo:

- fornecer uma proteção contra flutuações da moeda local, diversificando os bens da família em outras moedas, regiões geográficas e outros tipos de ativos;
- fornecer um refúgio seguro contra a incerteza política, econômica e social;
- pré-planejamento de migração;
- planejamento sucessório e de herança;
- proteção de ativos; e
- sigilo

Pode haver legítima proteção dos bens em disputas familiares ou de negócios para indivíduos que colocaram seus bens em um Trust mantido por um curador residente na NZ.

As riquezas pessoais de residentes em países latino-americanos então sujeitas a muitas volatilidades. A segurança pessoal e familiar pode estar em risco caso sua riqueza seja divulgada, por exemplo, por um empregado de instituições financeiras para o crime organizado.

Do mesmo modo, a apropriação pelo governo de bens situados dentro das fronteiras nacionais pode ser uma ameaça real para muitas famílias.

Com seu capital mantidos na Nova Zelândia por um curador de Trusts é possível diminuir os riscos pessoais e políticos.

O diagrama abaixo fornece um exemplo básico de como essa estrutura pode funcionar.

Contato: Stephen Abletshauser
Stephen@palladiumtrustservices.net

NOTA IMPORTANTE: A precisão das informações contidas neste documento é limitada às questões legais da Nova Zelândia e Palladium não aconselha no que diz respeito as leis de outra jurisdição. Um acordo desta natureza pode não ser apropriado para todos os casos e cada caso deve ser analisado de forma específica para cada cliente. Como as circunstâncias individuais variam, é muito importante que os aspectos tributários e legais sejam considerados em todas as jurisdições relevantes e que haja um completo respeito a todas as leis. Esta é uma publicação de caráter geral e não tem o objetivo de ser, nem de substituir orientação profissional ou a tomada de decisões em negócios sem primeiro procurar orientação. Assim, o material incluído neste documento deve ser visto como um guia geral, e orientação profissional deve ser procurada para análise de situações específicas. Palladium não aceita responsabilidade por isso.

Copyright 2009 Todos os Direitos Reservados